

Alerta Legislação, nº 38, de 22 a 27 de setembro de 2014

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
25/09/2014	<u>LEI Nº 13.033, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 8.723, de 28 de outubro de 1993; revoga dispositivos da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências. <u>LEI Nº 13.031, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada. <u>LEI Nº 13.030, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014</u> Altera o § 9º do art. 8º-E da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para incluir os agentes de trânsito entre os beneficiários do projeto Bolsa-Formação. <u>LEI Nº 13.027, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014</u> Cria Funções Comissionadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - FCPRF; cria e extingue cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas; e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014</u> Reconhece métodos alternativos ao uso de animais em atividades de pesquisa no Brasil, nos termos da Resolução Normativa nº 17, de 03 de julho de 2014, e dá outras providências.
Ministério da Educação (MEC)	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 468, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014</u> Estabelece a sistemática para a realização da edição 2014 da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), componente do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB <u>PORTARIA Nº 467, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014</u> [...]

	Art.1º. A Norma de Acesso às Informações protegidas do INEP tem como objetivos: I - Proteção da informação sigilosa e da informação pessoal armazenada pelo INEP, observada a sua disponibilidade, integridade e eventual restrição de acesso, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e das legislações específicas que regem o acesso às informações sigilosas sob a guarda do Estado; e II - Permitir acesso controlado e restrito a bases de dados protegidos, por meio de um conjunto de protocolos e ferramentas que garantam processos seguros de utilização que preservem a integridade e a proteção de acesso a tais informações. [...]
Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO RDC Nº 50, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre as medidas de controle de comercialização, prescrição e dispensação de medicamentos que contenham as substâncias anfepramona, femproporex, mazindol e sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras providências. → Superintendência de Fiscalização, Controle e Monitoramento <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.770, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014</u> [...] Art 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comércio e uso de todos os lotes do medicamento ALUMIMAX (HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO) 60 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, produzido pela empresa Natulab Laboratório S.A. (CNPJ: 02.456.955/0001-83), localizada em Rua H, nº 02, Galpão III, Urbis II, Santo Antônio de Jesus/BA [...] <u>RESOLUÇÃO RE Nº 3.758, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto BRUSHING PROGRESS - SHAMPOO ANTIOXIDANTE da marca ESSENCIAL COSMÉTICOS, fabricado pela empresa Relux Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., cujo rótulo informa indevidamente o CNPJ 29.641.982/0001-82, o endereço Rua Emílio Guadagny, nº 831 - Mesquita, Rio de Janeiro/RJ, e a Autorização de Funcionamento nº 2018345-2, os quais se referem a uma outra empresa. [...] SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 35, DE 16 DE JANEIRO DE 2014(*)</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Hipertensão Arterial Pulmonar.(*) (*) Republicada por ter saído no DOU nº 12, de 17-1-2014, Seção 1, págs. 91 a 96, com incorreção no original.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SNAS) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº- 2/MDS/MPS/INSS, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014(*)</u> (*) Publicado em parte por ter sido omitido no DOU de 25-9-2014, Seção 1, pág. 97. (ANEXOS PUBLICADOS) [...]

	<u>PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014</u> Estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pelo Instituto Nacional do Seguro Social na operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC e dá outras providências.
Ministério dos Transportes (MT)	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.432, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014</u> Altera as Resoluções nº 1.383, de 29 de março de 2006, e nº 4.282, de 17 de fevereiro de 2014, e dá outras providências(*) (*) <i>Em caso de extravio, furto ou roubo dos bilhetes, o passageiro terá direito à emissão de 2ª via, apresentando o seu CPF, se o possuir, e documento de identificação oficial no guichê da transportadora.</i>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
26/09/2014	<u>LEI Nº 15.565, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014</u> (Projeto de lei nº 388/12, do Deputado Aldo Demarchi – DEM) Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa “Preserva São Paulo”
25/09/2014	<u>DECRETO Nº 60.806, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014</u> Altera dispositivos do Decreto nº 50.820, de 23 de maio de 2006, que regulamenta a promoção de que trata a Lei Complementar nº 959, de 13 de setembro de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da carreira de Agente de Segurança Penitenciária, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 60.805, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014</u> Altera o anexo II, a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 58.303, de 15 de agosto de 2012, que fixa, para as unidades de saúde dos órgãos e entidades que especifica, os limites de Plantões por mês dos integrantes das classes de Agente Técnico de Assistência à Saúde, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem e dá providências correlatas
23/09/2014	<u>DECRETO Nº 60.802, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, para o exercício de 2014
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP - 137, DE 25-9-2014</u> Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a aplicação da Lei Federal 13.019/2014, no âmbito da

	Secretaria da Administração Penitenciária, elaborando proposta de regulamentação e indicando as demais providências cabíveis <u>RESOLUÇÃO SAP 132, DE 17-9-2014</u> Disciplina o encaminhamento das crianças após o período de amamentação ou, antes a pedido da mãe, que se encontra em cumprimento de pena nas unidades prisionais femininas que especifica, subordinadas a esta Pasta
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SGP/SF/SPDR-9, DE 26-9-2014</u> Dispõe sobre a fixação das metas dos indicadores criminais estratégicos do Estado e do desdobramento das metas, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC 1.245-2014, para o período do 2º trimestre de 2014
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS-23, DE 25-09-2014</u> Dispõe sobre a implantação de estratégias em parceria com o setor privado e a sociedade civil organizada, com vistas a implantar Projetos de Inclusão Produtiva, denominado "Inclusão Paulista" no âmbito do Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 66, DE 22-09-2014</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida de julho de 2014 <u>RESOLUÇÃO SF/APE 456, DE 18-09-2014</u> Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03 <u>RESOLUÇÃO SF/APE 457, DE 18-09-2014</u> O Secretário da Fazenda Aprova os índices e observações do Comunicado 581 da Assessoria de Política Econômica de 18-09- 2014, que fazem parte integrante desta Resolução. Assessoria de Política Econômica SUPLEMENTO - FAZENDA (IPVA) COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>NOTIFICAÇÃO</u> Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08. SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>COMUNICADO SPPREV 02/2014</u> Considerando o comunicado anterior 01/2014, publicado no D.O. em 28-06-2014, estabelecendo que a partir de 01-07-2014, as concessões de novas aposentadorias para os servidores estatutários das Autarquias do Estado de São Paulo (Poder Executivo – Administração Indireta) serão de competência exclusiva da São Paulo Previdência em detrimento ao estabelecido no artigo 36 da Lei Complementar 1010/2007, regulamentada pelo Decreto 52.046 de 09-09-2007, o

	Diretor Presidente em exercício da São Paulo Previdência - SPPREV reforça a necessidade de observância por parte das Autarquias envolvidas no Projeto de Migração para que as novas concessões de aposentadorias sejam realizadas exclusivamente, através do SIGEPREV – Sistema de Gestão Previdenciária, conforme amplamente divulgado por esta Autarquia. Neste intuito, solicitamos que as Autarquias que realizaram novas concessões de aposentadorias, após o prazo de 01-07-2014, não utilizando o sistema SIGEPREV, que entrem em contato com a SPPREV para obter as informações necessárias para correção e adequação destas concessões. Em breve disponibilizaremos o Relatório de Andamento do Projeto de Migração para que todos os envolvidos possam acompanhar a evolução do nosso Projeto.
Gestão Pública (SGP)	UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH) – Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME) <u>COMUNICADO DPME Nº 105, DE 22/09/2014</u> Perícias hospitalares O Diretor Técnico de Saúde III, do Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, no uso das competências que lhe são atribuídas, comunica que: As solicitações de perícias médicas hospitalares deverão estar instruídas com a seguinte documentação: • relatório médico completo no qual conste: - o diagnóstico; - laudos de exames complementares; - a conduta terapêutica; - o prognóstico; - as consequências à saúde do servidor; - o provável tempo de repouso estimado necessário para sua recuperação; - carimbo com o nome e número de inscrição no CRM do médico emitente, e a respectiva assinatura. • comprovante de internação emitido pela unidade hospitalar. Os órgãos setoriais e subsetoriais de recursos humanos e as unidades responsáveis pelo agendamento das perícias médicas devem solicitar a perícia hospitalar, observando os seguintes passos: 1) Mediante solicitação do familiar do servidor, o setor de RH deverá fazer a requisição online de agendamento de perícia médica, no sistema eSisla, disponível por meio da “Área Restrita” do endereço http://periciasmedicas.gestaopublica.sp.gov.br/eSisla; 2) No menu de tarefas localizado no canto superior esquerdo da tela, o usuário do setor de RH deverá selecionar a opção “Agendamento – Licença” e informar o CPF do servidor que requisitou a perícia médica; 3) Digitalizar e anexar ao sistema a documentação médica acima descrita; Obs: O nome do arquivo não pode ultrapassar 40 posições. Devendo a extensão ser JPG ou PDF com tamanho máximo de 250 kbytes, preferencialmente sem caracteres especiais e acentuação. 4) Para concluir a solicitação o usuário do setor de RH deverá: a) Atualizar os dados de contato do servidor e clicar em “CONFIRMAR”; b) Preencher os dados da perícia: TIPO, PESSOA e HOSPITALAR/DOMICILIAR; c) Caso a PESSOA a ser periciada não seja o próprio servidor, será necessário informar o NOME da pessoa e o MUNICÍPIO em que deve ser realizada a perícia;

	d) Informar o HOSPITAL, bem como o MUNICÍPIO e) Informar os dados do atestado, principalmente Nº DE DIAS e DATA DO ATESTADO; f) Selecionar "ENVIAR"; g) Selecionar "CONCLUIR"; h) O sistema emitirá o comprovante de agendamento e deverá acompanhar as publicações em Diário Oficial. As perícias médicas requisitadas nos termos deste comunicado serão concedidas com base no que prevê o artigo 193, inciso I, § 1º da Lei nº 10.261/68. Os Órgãos Setoriais de Recursos Humanos podem entrar em contato com o DPME, para dúvidas em relação ao sistema online, por meio do email: periciasmedicas@sp.gov.br.
Meio Ambiente (SMA)	FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (FF) <u>PORTARIA FF/DE 264/2014</u> Constitui Grupo de Trabalho visando a contribuição na revisão do Zoneamento Ecológico Econômico do Setor do Litoral Norte
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-1359, DE 23-09-2014</u> Dispõe sobre o cadastramento de empresas com sede em outra unidade federativa estabelecidas no ramo de reciclagem e desmontagem de veículos em fim de vida útil e de sucata veicular, para fins de arrematação em leilão, público ou privado, realizado no Estado de São Paulo, e dá outras providências
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE 18, DE 25-9-2014</u> Estabelece regras de tramitação dos procedimentos relacionados à execução do Contrato de Concessão Patrocinada 015/2013 - PPP da Linha 6-Laranja, no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, no que diz respeito às desapropriações
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 112, DE 26-9-2014</u> Institui a Unidade de Acompanhamento dos Contratos de Parceria Público-Privada no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e dá providências correlatas. COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD) → Centro de Vigilância Sanitária (CVS) <u>PORTARIA CVS 5, DE 22-9-2014</u> [...] Artigo 1º - Fica aberto, a partir da data de publicação da presente Portaria, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Norma Técnica, objeto do Anexo, que disciplina sobre as condições sanitárias e define padrões para atividades laborais realizadas sob deslocamento ou frentes de trabalho, em ambientes rurais e urbanos, no âmbito do Estado de São Paulo. [...]

Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-138, DE 25-9-2014</u> Constitui Grupo de Trabalho para desenvolvimento de estudos e indicação de medidas necessárias à implantação de cadeia de custódia de substâncias estupefacientes e proscritas, apreendidas em decorrência de atos de polícia judiciária <u>RESOLUÇÃO SSP-137, DE 25-9-2014</u> Constitui Grupo de Trabalho para desenvolvimento de estudos e indicação de medidas necessárias à destinação e destruição imediata de máquinas de jogo de azar, apreendidas em decorrência de atos de polícia judiciária POLÍCIA CIVIL DO ESTADO (PCESP) ↳ Delegacia Geral de Polícia Dr. Maurício Guimarães Pereira (DGP) <u>PORTARIA DGP-37, DE 23-09-2014</u> Determina a designação de Delegado de Polícia para atuar em matéria eleitoral <u>PORTARIA DGP-36, DE 23-09-2014</u> Estabelece medidas especiais de polícia judiciária em razão das eleições gerais de 2014
Transportes Metropolitanos (STM)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM 056, DE 22-09-2014</u> Prorroga até 30-06-2015 o prazo previsto no Artigo 1º da Resolução STM 21, de 04-04-2014, para as atuais permissionárias da Área 5, da Região Metropolitana de São Paulo
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
26/09/2014	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 388, DE 2012</u> Mensagem A-nº 135/2014, do Sr. Governador do Estado [...] De origem parlamentar, a propositura autoriza o Poder Executivo a criar o Programa "Preserva São Paulo", que tem por escopo conceder incentivos aos Municípios que gerenciem projetos de manutenção, preservação, revitalização e conservação do patrimônio cultural material e imaterial paulista (artigo 1º, "caput"). Define patrimônio cultural material e imaterial, para os efeitos da lei, e estabelece os incentivos e a forma de concessão (§§ 1º, 2º e 3º, artigo 1º). Por fim, determina que o Poder Executivo regulamente a lei (artigo 3º). [...]
25/09/2014	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1277, DE 2014 (RETIFICAÇÃO)</u> Leia-se como se segue e não como constou: JUSTIFICATIVA O parágrafo 3º do artigo 3º da Lei 12.226/06 obriga as cooperativas a registrarem-se na Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo – OCESP, nos termos do artigo 17 combinado com o artigo 107(1) da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971

	<u>PROJETO DE LEI Nº 1281, DE 2014</u> Dispõe sobre a proibição de retenção de macas das ambulâncias do SAMU e de outras unidades móveis hospitalares de atendimento de urgência e emergência nos hospitais públicos estaduais e municipais, bem como a criação de reserva técnica de macas nestas Unidades Hospitalares, e dá outras providências. MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 540, DE 2011</u> Mensagem A-nº 134/2014, do Sr. Governador do Estado [...] De origem parlamentar, a propositura inclui no Calendário Oficial de Eventos deste Estado o Campeonato de <i>Skimboard</i>, que se realiza, anualmente, no mês de maio (artigo 1º). [...]
23/09/2014	<u>PROJETO DE LEI Nº 1277, DE 2014</u> Revoga o Art.3º caput e o seu §3º da Lei nº 12.226 de 11 de janeiro de 2006.
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
27/09/2014	<u>DECRETO Nº 55.547, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a transferência de equipamentos culturais das Subprefeituras para a Secretaria Municipal de Cultura, cria Casas de Cultura e altera a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica
26/09/2014	<u>DECRETO Nº 55.543, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014</u> Cria o Comitê para Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo da Cidade de São Paulo.
25/09/2014	<u>DECRETO Nº 55.537, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014</u> Cria as Inspetorias Regionais de Sapopemba – IR/SB e de Vila Sônia – IR/VS, vinculadas à Guarda Civil Metropolitana, e introduz alterações nos incisos IV e V do artigo 7º do Decreto nº 50.448, de 25 de fevereiro de 2009.
23/09/2014	<u>DECRETO Nº 55.528, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014</u> Autoriza, em caráter excepcional, a gestão e a execução, pela Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, concorrentemente com as Subprefeituras, dos serviços que especifica, relativamente a pontes, viadutos e passarelas do Município de São Paulo.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107